acordo com a alínea "h", inciso I, do art. 19, do RPMED, aprovado pelo Decreto 38.104, de 3 abr. 2017, resolve:

DETERMINAR o comparecimento do militar relacionado abaixo no Centro de Perícias Médicas, conforme dia e horário agendado para realização de Inspeção de Saúde com finalidade de avaliação médica.

	Nome	Matr.	Data	Horário	Local
3º Sgt. QBMG-1	ELTON AMARAL FERREIRA	1923809	24/02/2021	8 h	CPMED

Em consequência, o Comandante do militar deverá apresentá-lo no Centro de Perícias Médicas, conforme dia e horário agendado.

(NB-CBMDF/CPMED/SEC/00053-00022589/2021-79)

ATOS DO CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO LOGÍSTICA E FINANCEIRA

XXIX - RATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EM BOLETIM

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO LOGÍSTICA E FINANCEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, inciso I, do Decreto Federal 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF, e RESOLVE:

RATIFICAR a publicação do BG 015 (54530928), de 22 jan. 2021, ao qual em seus itens 2 e 3 versa sobre a **possibilidade** de utilização das faixas exclusivas, observando, caso necessário for, a segurança, limite de velocidade e que seja em **estrito deslocamento para o socorro**. Agindo desta forma, poderão evitar riscos à guarnição, pedestres, viaturas e a si próprio;

1) Esclareço que as viaturas operacionais da Corporação estão isentas de multas perante os órgãos de trânsito, conforme previsto no art. 29, inciso VII, da Lei 9.503, de 23 set. 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, todavia, caso eventualmente alguma destas viaturas venham receber notificação de trânsito, os detentores de carga deverão adotar os procedimentos estabelecidos no item 9 da referida publicação;

2) Ainda sobre a determinação do supracitado Boletim Geral, em seu art. 9, ratificamos a observação em relação ao prazo, 5º dia útil de cada mês, para envio do PREFIXO, RENAVAL, PLACA, NÚMERO DA OCORRÊNCIA e NÚMERO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO das viaturas com notificações de trânsito, primeiramente aos Comandantes de Área ou Diretores e estes, posteriormente à SECAP/CEMEV, para assim seja providenciado a solicitação de baixa dessa autuação;

(NB-CBMDF/CEMEV/SUREP/00053-00019809/2021-87)

* NB para publicação nos Bgs 032, 033, 034 e 035.

XXX - INFORMAÇÃO REFERENTE À PROCEDIMENTOS COM RELAÇÃO A MULTAS DE TRÂNSITO DE VIATURAS

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO LOGÍSTICA E FINANCEIRA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, inciso I, do Decreto Federal 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF, e CONSIDERANDO QUE:

- Mediante informação acerca do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2817, que declarou a inconstitucionalidade integral da Lei Distrital nº 3.075/2002, que dispunha sobre a não obrigatoriedade "das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, dos Departamentos de Fiscalização e Operação de Trânsito e das ambulâncias, de apresentarem relatório de multas", conforme Processo SEI (00020-00029263/2020-88);

- O art. 29, inciso VII, da Lei 9.503, de 23 set. 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, prevê que veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento têm prioridade de trânsito, gozando de livre circulação, estacionamento e parada, desde que estejam em serviço de urgência e com

os dispositivos de alerta sonoros e visuais ligados e, assim sendo, legalmente só é possível anular multa de viaturas operacionais, ou seja, multas de trânsito de viaturas de apoio não podem ser abonadas;

- Em caso de veículo de propriedade de Pessoa Jurídica, é obrigatória a "identificação do condutor infrator", sob pena de não o fazendo, incorrer na aplicação de nova multa, conforme §8º do art. 257 do CTB;

- A Resolução 102/98 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, prevê que a autoridade competente deve apurar a responsabilidade pelo ressarcimento de danos causados ao Erário e adotar as medidas necessárias para assegurar o exato cumprimento da Lei, sob a pena de responsabilidade solidária;

- Desrespeitar as regras de trânsito é transgressão disciplinar, insculpida no item 82 do anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército - RDE, e que as medidas administrativas para coibir esta prática delituosa são de responsabilidade dos chefes imediatos dos infratores;

- As viaturas de apoio são de responsabilidade dos detentores de carga, ou seja, Comandante de Unidades, Chefes de Departamentos, Diretores, Comandante Operacional, Comandante de Área, e demais autoridades constituídas;

- A tramitação de documentos de notificações dos órgãos de trânsito de origem até a OBM detentora da viatura de apoio que sofreu a penalidade pode levar muito tempo, causando sérios embaraços ao controle e apuração dos responsáveis pelas multas de trânsito, resolve:

DETERMINAR:

1) Que a partir desta publicação, fica proibida a circulação de viaturas de apoio e viaturas operacionais não emergenciais em faixas exclusivas para ônibus, bem como faixas do BRT;

2) Que as viaturas operacionais emergenciais em deslocamento para socorro, o condutor e operador da viatura poderá utilizar faixa exclusiva para ônibus, táxi e van escolar, bem como a faixa do BRT observando se há segurança para trânsito da viatura no local, conforme o art. 29 do Código de Trânsito Brasileiro;

3) Que seja observado o limite de velocidade da via para as viaturas de Apoio e Operacionais não Emergenciais. Os condutores de viaturas Operacionais Emergenciais deverão atentar para a utilização de velocidade durante o deslocamento para ocorrência de maneira segura de forma que não venham a colocar em risco a integridade da guarnição, de pedestres, terceiros e a própria viatura;

4) Que os detentores de carga determinem aos condutores que atendem para o correto preenchimento dos mapas de entrada e saída de cada viatura, bem como seu arquivamento, a fim de facilitar o processo de identificação dos condutores responsáveis por futuras infrações;

5) Que os detentores de carga, no caso de movimentação das viaturas de apoio, providenciem o Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais o mais breve possível, ou cautela, em caso de empréstimo, a fim de facilitar futura apuração de notificação de infração;

6) Que os detentores de carga acessem quinzenalmente o site do DETRAN/DF (www.detran.df.gov.br), com a finalidade de controlar e verificar a existência de infrações de trânsito;

7) Que os detentores de carga, no caso de existência de notificação de trânsito de viatura de apoio sob sua responsabilidade, adotem medidas a fim de identificar o condutor (conforme § 8º do art. 257 do CTB), com o objetivo de buscar os meios pertinentes para pagamento da multa, notificando-o em até 15 (quinze) dias após o conhecimento, utilizando a ficha de identificação constante como anexo, a qual deverá ser entregue no DETRAN/DF acompanhada de cópia da CNH do infrator, conforme, publicação em BG 150, de 9 ago. 2013;

8) Que em caso de negativa de pagamento de multa por parte de condutor devidamente identificado, o Detentor de Carga deverá encaminhar o processo de apuração à Corregedoria para que sejam tomadas as medidas cabíveis;

9) Que os Diretores, os Comandantes de Área e os Comandantes de Grupamentos Especializados, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, deverão encaminhar à Seção de Capacitação e Especialização de Condutores e Operadores de Viaturas-SECAP/CEMEV a situação das viaturas Operacionais Emergenciais e viaturas Operacionais Não Emergenciais. No caso de existência de notificação de trânsito, deverão ser encaminhados os dados da viatura, contendo número do PREFIXO, RENAVAL, PLACA, NÚMERO DA OCORRÊNCIA e NÚMERO DA INFRAÇÃO DE TRÂNSITO.

Em consequência:

a) a SECAP, deverá, ao receber informação de infração de trânsito das viaturas Operacionais Emergenciais e Operacionais não Emergenciais, encaminhar ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN, ou ao Departamento de Estradas e Rodagem - DER, ou ainda, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal-PRF, informação das viaturas em atividade de socorro, solicitando o cancelamento das multas;

b) os casos em que o detentor da carga deixe de tomar as providências elencadas nesta determinação, ou nos casos em que o condutor identificado pela infração de trânsito se negue a pagá-la, a Controladoria será acionada para abertura do devido procedimento para apurar responsabilidade.

c) **INFORMAR** aos Comandantes de Grupamentos e demais seguimentos da Corporação, bem como condutores de viaturas Operacionais Emergenciais ou Operacionais não Emergenciais, que apesar do art. 29, inciso VII, da Lei 9.503, de 23 set. 1997, a qual instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, prevê que veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento têm prioridade de trânsito, gozando de livre circulação, estacionamento e parada, desde que estejam em serviço de urgência e com os dispositivos de alerta sonoros e visuais ligados, atendem para uma condução segura evitando excesso de velocidade e atenção redobrada ao cruzar semáforo vermelho e acessos à rotatórias;

d) **INFORMAR** também que durante o regresso para o quartel, deverá ser observado todas as regras de trânsito em vigor, especialmente no que se refere a velocidade da via e a proibição de se trafegar em via de uso exclusivo, como a do BRT.

(NB-CBMDF/CEMEV/SUREP/00053-00019809/2021-87)

ATOS DO DIRETOR DE ENSINO

XXXI - INFORMAÇÃO SOBRE MILITARES NO REGIME DE TELETRABALHO

O DIRETOR DE ENSINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43, incisos I e III, do Decreto Federal 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF, resolve:

TORNAR PÚBLICOS, como [Anexo 7](#), os atos referentes à inserção de militares no regime de teletrabalho, de acordo com as informações contidas nos respectivos processos.

(NBs-CBMDF/DIREN/SEADM 00053-00021844/2021-66 e 00053-00021748/2021-18)

XXXII - INFORMAÇÃO SOBRE USUFRUTO DE DISPENSA DO SERVIÇO COMO RECOMPENSA

O DIRETOR DE ENSINO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43, incisos I e III, do Decreto Federal 7.163, de 29 abr. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso I, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF, resolve:

TORNAR PÚBLICOS, como [Anexo 8](#), os atos referentes à concessão da dispensa do serviço para como recompensa, de acordo com as informações contidas nos respectivos processos.

(NBs-CBMDF/DIREN/SEADM-00053-00020621/2021-81 e 00053-00019988/2021-52)

ATOS DO COMANDANTE OPERACIONAL

XXXIII - CONCESSÃO DE DISPENSA DO SERVIÇO PARA DESCONTO EM FÉRIAS

O COMANDANTE OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 22, incisos II e V; e 23, inciso III, do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF, resolve:

TORNAR PÚBLICOS, como [Anexo 9](#), os atos referentes à concessão da Dispensa do Serviço para Desconto em Férias, de acordo com as informações contidas nos respectivos processos.

(NBs-CBMDF/EMOPE/SEREH/SUNAP 00053-00016305/2021-13 e 00053-00018085/2021-54)

XXXIV - REGIME ESPECIAL DE TRABALHO

O COMANDANTE OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 22, incisos II e V; e 23, inciso III, do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10 -B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; combinado com o art. 2º, inciso IV; e art. 3º, da Portaria 8, de 14 abr. 2005; em conformidade com as prescrições dadas pela

Instrução Normativa (IN) 49/2018 - COMOP, publicada no item XXVII; e no Anexo 12, do BG 168, de 3 set. de 2018, em especial as constantes nos arts. 2º, 3º e 4º; juntamente com o art. 7º, inciso VIII, da Portaria 31, de 14 dez. 2010; e no item X, do BG 108, de 9 jun. 2020, resolve:

DEFERIR o Regime Especial de Trabalho do 3º Sgt. QBMG-1 RAFAEL ROBERTO NELSON DOURADO, lotado no 9º GBM, por estar regularmente matriculado no Curso de Nutrição na Universidade de Brasília - UNB, com o início do período letivo em 1º fev. 2021; e término em 21 maio 2021, sendo os dias e horários das aulas, conforme abaixo:

- 1.1) Dias e horários das aulas:
- 1.1) segunda-feira das 8h às 18h;
- 1.2) terça-feira das 8h às 18h;
- 1.3) quarta-feira das 8h às 18h;
- 1.4) quinta-feira das 8h às 18h;
- 1.5) sexta-feira das 8h às 18h.

Em consequência o Comandante/Chefe do militar deverá:

- a) determinar ao Adjunto ou Dia-à-Prontidão que faça o lançamento do horário exato de saída e retorno do militar beneficiado à unidade, no Sistema Eletrônico de Informação Operacional (SEIOP);
- b) controlar a manutenção do banco de horas do militar beneficiado, no mínimo possível e não permitir que esse banco ultrapasse 48h (quarenta e oito horas) de débito;
- c) providenciar a compensação das horas não trabalhadas, conforme dispõe os Capítulos V e VI, da Portaria 8, de 14 abr. 2005; ou seja, observar as prescrições dadas pelos arts. 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13 e 14, da Portaria em questão; juntamente com as determinações dadas pela Instrução Normativa (IN) 49/2018-COMOP, publicada no item XXVI e no Anexo 12, do BG 168, de 3 set. 2018.

(NB-CBMDF/COMOP/GACOP-00053-00017884/2021-11)

XXXV - ALTERAÇÕES OCORRIDAS NA ESCALA DE SERVIÇO DO SUPERIOR DE DIA NO MÊS DE JANEIRO DE 2021

O COMANDANTE OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso V; do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; bem como de acordo com o art. 6º da Portaria 18, de 30 abr. 2015, publicada no BG 93, de 19 maio 2015; juntamente com os arts. 5º, incisos I e II; e o 16, inciso I, da Instrução Normativa 32/2017, publicada no item XX do BG 136, de 19 jul. 2017; e em conformidade com o art. 7º, inciso VIII, da Portaria 31, de 14 dez. 2010, resolve:

TORNAR PÚBLICAS as alterações ocorridas na escala de serviço do Superior de Dia no mês de janeiro de 2021, conforme a seguir:

- 1) Serviço: TITULAR do dia 8 jan. 2021, sexta-feira:
 - 1.1) Saiu: Ten-Cel. QOBM/Comb. MEDEIROS, matr. 1400087;
 - 1.2) Entrou: Ten-Cel. QOBM/Comb. DANIN, matr. 1400116.
- 2) Serviço TITULAR do dia 15 jan. 2021, sexta-feira:
 - 2.1) Saiu: Ten-Cel. QOBM/Comb. DANIN, matr. 1400116;
 - 2.2) Entrou: Ten-Cel. QOBM/Comb. MEDEIROS, matr. 1400087.
- 3) Por necessidade do serviço:
 - 3.1) Serviço TITULAR do dia 11 jan. 2021, segunda-feira:
 - 3.1.1) Saiu: Ten-Cel. QOBM/Comb. ATILA, matr. 1399979;
 - 3.1.2) Entrou: Ten-Cel. QOBM/Comb. DANIELA, matr. 1400095.

(NB-CBMDF/COMOP/GACOP-0053-00002961/2021-21)

XXXVI - ALTERAÇÕES NA ESCALA DE SERVIÇO DE OFICIAL DE INTEGRAÇÃO CIOB/COCB REFERENTE A JANEIRO 2021

O COMANDANTE OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 22, inciso V, do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov.

1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; e de acordo com o art. 6º da Portaria 18, de 30 abr. 2015, publicada no BG 93, de 19 mai. 2015; juntamente com o art. 5º, incisos I e II; e o art. 16, inciso I, da Instrução Normativa 32/2017, publicada no item XX do BG 136, de 19 jul. 2017; e em conformidade com o art. 7º, inciso VIII, da Portaria 31, de 14 dez. 2010, resolve:

TORNAR PÚBLICO, como [Anexo 10](#), as alterações na Escala de Serviço de Oficial de Integração CIOB/COCB, referente a Janeiro/2021.

(NB-CBMDF/COMOP/GACOP-00053-00047073/2019-12)

ATOS DO COMANDANTE DE ÁREA III

XXXVII - CONCESSÃO DE DISPENSA POR PARTICIPAÇÃO NO VOLTÃO DO FOGO 2020

O COMANDANTE DE ÁREA III, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22 e 23 do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; e considerando a Portaria 50, de 16 out. 2012, publicada no item VII do BG 195, de 17 out. 2012, resolve:

TORNAR PÚBLICO o ato do Comandante do 34º GBM, para que surta os efeitos legais:

O COMANDANTE DO 34º GBM, no uso de suas atribuições que lhe conferem os arts. 22 e 26 do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; combinado com os arts. 64 e 65 do Decreto 4.346, de 26 ago. 2002 (RDE); combinado com o art. 25, inciso IV, da Portaria 27, de 24 set. 2010, resolve:

TORNAR PÚBLICO o usufruto de 2 (dois) dias de dispensa de serviço como recompensa, a contar de 14 fev. 2021, ao 3º Sgt. QBMG-1 GUILHERME CAMPOLINA BARBOSA PEREIRA, matr. 1606833, militar lotado no 34º GBM - Lago Norte, relativo à Concessão de Dispensa do Serviço como Recompensa aos bombeiros militares que concluíram o "Voltão do Fogo", conforme fez público o item XV, anexo 5, do BG 017, de 26 jan. 2021.

Em consequência, os interessados tomem conhecimento e providenciem o que lhe couber.

(NB-CBMDF/COMAR III-00053-00021621/2021-07)

XXXVIII - QUADROS DE TRABALHOS MENSIS DO 34º GBM

O COMANDANTE DE ÁREA III, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 22 e 25 do Decreto 31.817, de 21 jun. 2010, que regulamenta o art. 10-B, inciso II, da Lei 8.255, de 20 nov. 1991, que dispõe sobre a organização básica do CBMDF; e considerando o art. 7º, inciso XII, da Portaria 31, de 14 dez. 2010, alterado conforme a publicação contida no BG 105, de 5 jun. 2019, resolve:

TORNAR PÚBLICO, conforme [Anexo 11](#) o Quadro de Trabalho Mensal (QTM) relativo às instruções diárias; e o Quadro de Treinamento Físico Militar (QTFM); a serem realizadas durante o mês de fevereiro/2021, no 34º GBM/LAGO NORTE.

Em consequência:

- a) o Dia à Prontidão do 34º GBM deve fiscalizar o fiel cumprimento do QTM e registrar no livro a execução da ID;
- b) a instrução diária ocorrerá às 14h, podendo ter seu horário alterado por necessidade de serviço;
- c) a instrução diária, obrigatoriamente, deverá ter no mínimo a duração de 60 minutos;
- d) cada ala deverá listar os instrutores referente à temática para o ciclo de instruções;
- e) obrigatoriamente deverão participar da instrução e/ou treinamento todos os militares de serviço, exceto os militares que estejam exercendo alguma função ou serviço que o impeça de acompanhar a instrução;
- f) referência: Normas e Regulamentos do CBMDF;
- g) os envolvidos tomem conhecimento e providências.